

OS AFRICANOS NO BRASIL: LUTA E RESISTÊNCIA¹

Brenda Alanis Thomé De Freitas², Rosmari Marodin Gobo³.

¹ pesquisa de sala de aula

² aluna

³ Professora

Resumo:

O presente estudo visa refletir sobre a exploração do trabalho dos escravos africanos no Brasil, o qual se deu a partir de um profundo desrespeito aos direitos desses povos que foram retirados a força de sua pátria, abandonando seus familiares, sua cultura, sua identidade. Em nosso país, trabalhavam em condições precárias para gerar lucro aos senhores de engenho e a Metrópole Portuguesa com o aval da igreja católica e protestante. Explorados, discriminados e sofrendo preconceitos, os afrodescendentes lutam ao longo do tempo para conquistar seu espaço e mudar a realidade vivida por essa etnia.

Introdução:

Compreender como ocorreu o trabalho escravo no Brasil e as razões que motivaram essa realidade a perdurar por mais de 300 anos em nosso país, nos leva a pensar nos comerciantes portugueses, espanhóis e ingleses que superlotavam os porões dos navios com negros africanos, colocando-os a venda de forma desumana e cruel por toda a região da América e de forma significativa no Brasil. Constatamos em nossa pesquisa, que os grandes proprietários de terras no Brasil, exploravam a mão-de-obra dos africanos nas plantações de cana-de-açúcar, no fabrico deste produto que possuía alto valor comercial na Europa em troca, os africanos recebiam alimentos de pouco valor nutricional, roupas simples e castigos físicos.

Como forma de resistência a este tratamento desumano, os africanos fugiam e se refugiavam nos Quilombos, onde se organizavam para produzir alimentos, criar animais e viver sua cultura.

Desenvolvimento:

No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste do Brasil, realizar trabalhos domésticos, entre outros. Os escravos eram vendidos como se fossem mercadoria aqui no Brasil, os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos e velhos. Vamos conhecer detalhes das condições às quais os escravos eram conduzidos, num caminho sem volta, rumo a uma nova terra onde a morte se conceberia como uma bênção diante de tanto horror:

O navio negreiro - ou "tumbo" - foi o tipo de cargueiro usado para trazer mais de 11 milhões de africanos para serem escravizados na América. Em caravelas ou barcos a vapor, europeus, americanos e até mesmo negros se metiam no "infame comércio". Os traficados eram, na maioria, meninos e jovens de 8 a 25 anos. A maioria dos africanos entrados no Brasil saiu da região localizada ao sul do Equador, pelos portos de Benguela, Luanda e Cabinda. Outra parte considerável saiu da Costa da Mina, pelos portos de Lagos, Ajuda e São Jorge da Mina. Conseguir pessoas na África para vendê-las na América foi um negócio altamente lucrativo, que durou mais de trezentos anos. Desse negócio participaram europeus, africanos e brasileiros de diferentes condições sociais. Entenda seu funcionamento:

Modalidade do trabalho: Relatório Técnico-científico

Os traficantes forneciam aguardente, pólvora e sobretudo, armas de fogo aos chefes africanos das tribos que viviam em conflito: em troca exigiam prisioneiros de guerra. Da posse dessas armas os chefes africanos faziam guerras e obtinham prisioneiros.

Os prisioneiros eram negociados com os traficantes, que os vendiam na América como escravos. "Tudo quanto se podia trazer foi trazido: o manco, o cego, o surdo, tudo; príncipes, chefes religiosos, mulheres com bebês e mulheres grávidas", disse o ex-traficante Joseph Cliffer, em depoimento ao Parlamento Britânico, em 1840.

Chegada ao Brasil:

Os africanos chegavam ao litoral brasileiro confusos e cansados, sem saber onde estavam. Nos mercados do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís eram examinados, avaliados e comprados. Um homem adulto valia o dobro de uma mulher e, geralmente três vezes maior que uma criança ou um idoso. Como propriedade de outra pessoa, os escravizados podiam ser vendidos, alugados ou leiloados para pagar dívidas de seu dono. Não tinham nem mesmo o direito de manter o próprio nome, recebendo um nome português. Os escravizados trabalhavam de 12 a 15 horas por dia: começavam entre 4 e 5 horas da manhã e iam até o anoitecer.

O homem trabalhava como agricultor, carpinteiro, ferreiro, pescador, carregador e em várias outras funções. A mulher cultivava a terra, cuidava dos doentes, colhia e moía a cana, lavava, passava, fazia partos, vendia doces e salgados, etc. Nas fazendas de açúcar ou nas minas de ouro (a partir do século XVIII), os escravos eram tratados da pior forma possível. Trabalhavam muito (de sol a sol), recebendo apenas trapos de roupa e uma alimentação de péssima qualidade. Passavam as noites nas senzalas (galpões escuros, úmidos e com pouca higiene) acorrentados para evitar fugas. Eram constantemente castigados fisicamente, sendo que o açoite era a punição mais comum no Brasil Colônia.

Resistência e luta por cidadania

Não podemos esquecer que os africanos demonstraram várias formas de resistência contra a escravidão que foram submetidos em nosso país. As fugas, a formação de quilombos eram formas de resistência usadas com frequência. Outras formas de resistência demonstradas eram as manifestações religiosas, a culinária africana, a capoeira, o suicídio e o aborto eram outras vias de luta contra a escravidão.

Após a independência do Brasil, a escravidão se manteve intocada. O preconceito racial e os interesses dos grandes proprietários permitiam a preservação do sistema escravista. Somente no Segundo Reinado podemos contemplar a formação de um movimento em prol da abolição. Em meio à ascensão do abolicionismo, os interesses britânicos pela ampliação de seu mercado consumidor em solo brasileiro e a imigração de trabalhadores europeus davam brecha para o fim desse sistema.

Durante o governo de Dom Pedro II, várias leis de caráter abolicionista foram sendo aplicadas. A gradação da política abolicionista traduzia o temor que certos setores da elite tinham em um processo de abolição brusco capaz de promover uma revolta social. A lei Eusébio de Queiroz, de 1850, foi a primeira a proibir o tráfico de escravos para o Brasil. Somente quase quarenta anos depois, em 1888, a Lei Áurea deu fim ao regime escravista brasileiro.

Segundo Rainer Sousa

O fim da escravidão a partir da abolição não foi acompanhado por medidas que possibilitassem integrar o negro à sociedade brasileira. A discriminação racial e a exclusão econômica persistiram ao longo dos séculos da história do Brasil. Apesar de várias ações governamentais que atualmente

Modalidade do trabalho: Relatório Técnico-científico

querem atenuar o peso dessa “dívida histórica, ainda falta muito para que o negro supere os resquícios de uma cultura ainda aberta ao signo da exclusão.

Desta forma, a luta por garantia de igualdade de direitos na perspectiva de cidadania ainda é um caminho a ser trilhado pelos afrodescendentes e uma dívida histórica que a sociedade brasileira tem a reparar para com essa população.

Conclusão

Este estudo nos fez compreender o quanto os africanos foram mal tratados em nosso país pelos grandes proprietários de terras e dos engenhos no Brasil Colonial que lhes negavam o direito a ter condições adequadas de vida.

Entendemos que é necessário aprofundar o debate sobre este tema para conhecer e valorizar a cultura desses povos que contribuíram na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.